

coordenadores

Cassio Scarpinella Bueno
Elias Marques de Medeiros Neto
Olavo de Oliveira Neto
Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira
Paulo Henrique dos Santos Lucon

Tutela provisória no CPC

*Dos 20 anos de vigência
do art. 273 do CPC/1973 ao CPC/2015*

2ª edição
2018

saraiva  jur



Av. das Nações Unidas, 7.221, 12º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Editorial Roberto Navarro

Edição Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado
Tatiana dos Santos Romão

Diagramação e revisão Fabricando Ideias Design Gráfico

Comunicação e MKT Carolina Bastos
Elaine Cristina da Silva

Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Bartira

ISBN 978-85-472-3075-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Tutela provisória no CPC : dos 20 anos de vigência do art. 273 do CPC/1973 ao CPC/2015 / coordenação de Cassio Scarpinella Bueno...[et al.]. – 2. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

1. Direito processual civil - Brasil 2. Medidas cautelares 3. Tutela jurisdicional 4. Tutela antecipada I. Bueno, Cassio Scarpinella.

18-0013

CDU 347.922.33(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Tutela jurisdicional : Direito processual civil 347.922.33(81)
2. Brasil : Medidas cautelares : Direito processual civil 347.922.33(81)

Data de fechamento da edição: 11-4-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604843 CAE 626527

1125

SUMÁRIO

<i>Sobre os Coordenadores e Autores</i>	7
<i>Apresentação</i>	15
<i>Nota à 2ª edição</i>	17

1 . A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E A SUA ESTABILIZAÇÃO. NOVAS PERSPECTIVAS

Carlos Augusto de Assis

Introdução.....	31
1. A estabilização no direito estrangeiro. As experiências francesa e italiana.	32
2. O Projeto de Lei do Senado (PLS n. 186/2005).....	35
3. O anteprojeto de CPC	36
4. O projeto de CPC: das mudanças durante o primeiro trâmite no Senado até a versão aprovada e sancionada.....	37
4.1. O Projeto saído do Senado Federal.....	37
4.2. O Projeto saído da Câmara que retornou ao Senado	38
4.3. Versão final, aprovada no Senado e sancionada pela Presidência da República.....	39
5. Pontos críticos em relação à estabilização	41
5.1. A estabilização deve alcançar também a tutela cautelar?.....	41
5.2. A estabilização deve estar condicionada à falta de impugnação ou à falta de recurso?.....	43
5.3. A estabilização deveria provocar coisa julgada?.....	44
5.4. De quem é o ônus da prova no caso de se resolver discutir a prevalência ou não da decisão estabilizada?	46

5.5. Requerer em caráter incidental também ou só antecedente?	47
Conclusões	48
Referências	49

2 . TUTELAS PROVISÓRIAS DE URGÊNCIA NO CPC: REMANESCE A NECESSIDADE DE DISTINÇÃO ENTRE ANTECIPADAS E CAUTELARES?

Arlete Inês Aurelli

Introdução.....	52
1. Tutelas provisórias no CPC	54
1.1. Tutela da evidência	56
1.2. Distinção entre as tutelas provisórias: antecipada e cautelar	59
Conclusões	66
Referências	66

3 . TUTELA PROVISÓRIA CONTRA O PODER PÚBLICO NO CPC DE 2015

Cassio Scarpinella Bueno

1. Considerações iniciais.....	68
2. Alcance do art. 1.059 do CPC de 2015.....	69
3. Em especial a “suspensão de tutela provisória”	74
4. Tutela provisória da evidência	76
5. Constitucionalidade das normas?	77
Considerações finais.....	80
Referências.....	81

4 . DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E TUTELA ANTECIPADA

Eduardo Cambi e Aline Regina das Neves

Introdução.....	83
1. Acesso à justiça: garantia de obtenção de tutela jurisdicional adjetivada	84
2. Duração razoável do processo	88
3. A tutela antecipada e a distribuição dos efeitos do tempo sobre o processo	95
4. A tutela antecipada no CPC	99
Conclusões	105
Referências	107

5 . ANTECIPAÇÃO DE TUTELA *EX OFFICIO*?

Andrea Boari Caraciola e Luiz Dellore

Introdução.....	110
1. Celeridade, efetividade e segurança jurídica.....	113
2. A participação do juiz no processo.....	117
3. Princípio dispositivo	120
4. Antecipação de tutela (de ofício?) no CPC de 1973	123
5. O tema no CPC.....	129
Conclusões	131
Referências	132

6 . RESPONSABILIDADE PELA FRUIÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA

Daniel Penteado de Castro

Introdução.....	135
1. Responsabilidade decorrente da tutela provisória: panorama geral e efetivação.....	136
2. Extensão objetiva	142
3. Extensão subjetiva	147
4. O papel da caução frente ao <i>periculum in mora</i> reverso.....	150
5. Panorama geral frente ao Código de Processo Civil de 2015 e versões da Câmara e do Senado Federal.....	153
Referências	159

7 . A TUTELA DE URGÊNCIA EM AÇÕES CIVIS PÚBLICAS PROPOSTAS EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA

Jefferson Aparecido Dias e Pedro Antonio de Oliveira Machado

Introdução.....	162
1. Da tutela jurisdicional.....	164
2. Das tutelas de urgência	171
2.1. Da tutela cautelar.....	175
2.2. Da tutela antecipada	178
3. Da tutela antecipada em ação civil pública contra a Fazenda Pública	183
4. Das tutelas provisórias no CPC.....	201
Conclusões	204
Referências	206

8 . ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA E COISA JULGADA

Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes

Introdução.....	211
1. Coisa julgada.....	212
2. Seria possível atribuir força de coisa julgada à decisão antecipatória proferida nos termos do art. 304 do CPC?.....	214
3. A estabilização da tutela antecipada.....	219
4. O que acontece após o transcurso do prazo de dois anos da estabilização da tutela antecipada?	221
Referências	222

9 . A PROVA NA TUTELA ANTECIPADA

João Batista Lopes

Considerações preambulares	225
1. Prova inequívoca (art. 273 do CPC de 1973) vs. probabilidade do direito (art. 300 do CPC atual)	226
2. Liame entre prova produzida e fundamentação da decisão	229
3. Há discricionariedade judicial na avaliação da prova que instrui o pedido de tutela antecipada?.....	230
4. Breves anotações sobre a prova na tutela inibitória antecipada	232
4.1. Desnecessidade de previsão legal expressa para a admissibilidade da tutela inibitória.....	235
Conclusões	236
Referências	237

10 . O JUIZ E A TUTELA ANTECIPADA

Maria Elizabeth de Castro Lopes

Introdução.....	238
1. Poderes do juiz na direção e instrução do processo: Poderes-deveres ou deveres-poderes?	239
2. O chamado <i>ativismo judicial</i>	241
3. Poderes do juiz na tutela de urgência e, particularmente, na tutela antecipada.....	242
4. Tutela antecipada de ofício?	243
5. A tutela antecipada como um dos instrumentos principais para o juiz garantir a efetividade do processo	245

Referências	246
-------------------	-----

11 . TUTELA PROVISÓRIA NA ATUALIDADE

Paulo Henrique dos Santos Lucon

1. Introdução.....	247
2. Contra o processo civil do autor: a racionalidade exigida na concessão da tutela provisória.....	248
3. O caráter excepcional de medidas <i>inaudita altera parte</i> e a importância do contraditório na tutela provisória.....	250
4. Proporcionalidade da providência: uma nova leitura da denominada irreversibilidade	252
5. Tutela provisória e julgamento parcial	257
6. Imunização das decisões	261
7. Segue: estabilização da tutela provisória.....	263
Referências	266

12 . A TUTELA PROVISÓRIA EM AÇÃO RESCISÓRIA

Kátia Aparecida Mangone

Introdução.....	269
1. Evolução legislativa da antecipação da tutela: CPC de 1973 e CPC de 2015	270
2. Ação rescisória	273
3. Análise do art. 489 do CPC de 1973	275
4. Tutela provisória em ação rescisória: art. 969 do CPC de 2015.....	281
5. Medida processual para obtenção da suspensão dos efeitos da decisão rescindenda.....	282
Conclusões	286
Referências	287

13 . A TUTELA ANTECIPADA E A RESPONSABILIDADE DECORRENTE DA SUA REVERSÃO EM SENTENÇA: NOTAS BÁSICAS SOBRE O TEMA A PARTIR DO CPC DE 2015

Rodrigo Mazzei e Bruno Pereira Marques

Introdução.....	289
1. A distribuição do ônus do tempo e a distribuição dos riscos no processo	290
2. Premissas básicas acerca da tutela antecipada	293

3. A previsão legal da responsabilidade objetiva.....	297
3.1. A natureza processual da responsabilidade objetiva	301
4. Fundamentos da responsabilidade processual objetiva pela efetivação da tutela antecipada quando do resultado desfavorável ao postulante	303
Breve fechamento.....	308
Referências	309

14 . A VALORIZAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS E A TUTELA PROVISÓRIA DE EVIDÊNCIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Elias Marques de Medeiros Neto e Luiz Guilherme Arcaro Conci

Apresentação das questões a seguir enfrentadas	311
1. O passado a nortear o presente: a preocupação com a aplicação uniforme do direito a partir da jurisprudência	312
2. A Constituição de 1988, a repetição do problema da ausência de respeito às decisões proferidas por tribunais superiores pela jurisdição inferior e o CPC: as propostas recentes para um novo direito processual brasileiro	314
Sumariando algumas conclusões.....	323
Referências	323

15 . A COMPETÊNCIA PARA A APRECIÇÃO DE TUTELAS PROVISÓRIAS NOS RECURSOS

Rogério Licastro Torres de Mello

Notas iniciais	325
1. A competência para a concessão de tutelas provisórias em grau recursal	327
2. Recurso interposto diretamente No órgão competente para o seu julgamento	328
3. Recurso interposto perante o órgão <i>a quo</i> , para posterior remessa ao órgão <i>ad quem</i>	329
4. Competência para providências urgentes em sede recursal excepcional	333
Referências	338

16 . A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA

Rogério Mollica

Introdução.....	339
1. A antecipação de tutela	340

2. A antecipação de tutela em face do Poder Público.....	341
3. O Código de Processo Civil	346
Conclusões	349
Referências	349

17 . DA TUTELA ANTECIPADA À TUTELA SUPERANTECIPADA: BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS REQUISITOS ESSENCIAIS DA PETIÇÃO INICIAL SIMPLIFICADA

Olavo de Oliveira Neto e Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira

Introdução.....	351
1. A insuficiência do rito ordinário.....	353
2. A regra geral da antecipação da tutela.....	355
3. A tutela “superantecipada” do CPC de 2015.....	360
4. Requisitos essenciais da petição inicial simplificada	362
Conclusões	367
Referências	370

18 . TUTELA PROVISÓRIA: A TÉCNICA DA ANTECIPAÇÃO A SERVIÇO DA EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO

Mariana Melo de Carvalho Pavoni

Introdução e delimitação do tema	371
1. Linha do tempo: origem e mudanças legislativas acerca da antecipação da tutela no direito brasileiro.....	373
2. Princípios constitucionais e processuais inerentes a essa espécie de tutela jurisdicional: a opção do legislador	375
3. Antecipação da tutela segundo a Lei n. 13.105/2015	380
4. Tutela de urgência. Tutela da evidência.....	382
Conclusões	386
Referências	386

19 . ANTECIPAÇÃO DA TUTELA NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO: DO NASCIMENTO À MAIORIDADE, MAS, AINDA, COM DIFICULDADE DA SUA ADEQUADA POSTULAÇÃO E APLICAÇÃO

Ivan Aparecido Ruiz

Introdução.....	388
-----------------	-----

1. Contextualização da matéria em nossa legislação.....	389
2. Breve histórico da tutela cautelar, sua finalidade e seus requisitos	392
3. Tutela antecipada (art. 273 e parágrafos do CPC de 1973) e seus requisitos	397
4. Comparativo dos requisitos para concessão da tutela cautelar e da tutela antecipada e da sua inadequada utilização na postulação e na aplicação no que se refere aos referidos requisitos pelos figurantes do processo , inclusive de alguns tribunais	403
5. Da tutela de urgência – tutela antecipada e tutela cautelar – como tutela provisória no CPC de 2015.....	409
Conclusões.....	411
Referências	412

20 . DOZE PROBLEMAS E ONZE SOLUÇÕES QUANTO À CHAMADA “ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA”

Heitor Vitor Mendonça Sica

Introdução.....	416
1. Quais são as condições para o cabimento da técnica de estabilização da tutela provisória?.....	419
1.1. Primeira condição: que tenha havido deferimento de tutela provisória de urgência satisfativa pedida em caráter antecedente	420
1.2. Segunda condição: que tenha havido pedido expreso do autor	421
1.3. Terceira condição: que a decisão tenha sido proferida liminarmente, <i>inaudita altera parte</i>	422
1.4. Quarta condição: que o réu não tenha interposto recurso contra a decisão que deferiu a tutela provisória	423
2. Em que consiste a projetada “estabilidade”?	424
2.1. Eficácia vs. imunidade e estabilidade	424
2.2. Imunidade vs. estabilidade	425
3. Outros dez pontos problemáticos.....	429
3.1. Se o réu apenas se defende (mas não recorre) e apresenta eloquentes elementos fático-probatórios contrários à tese do autor, o juiz está obrigado a extinguir o processo?.....	429
3.2. A antecipação parcial de tutela é passível de estabilização?	429
3.3. A estabilização pode ocorrer no tocante a direitos indisponíveis?... ..	430
3.4. A estabilização se aplica quando se trata de antecipação em favor do réu?.....	431

3.5. Quando da estabilização da tutela antecipada, há condenação a verbas sucumbenciais?	431
3.6. A decisão estabilizada sujeita-se à remessa necessária?	432
3.7. Quais são os impactos da superveniência de ação autônoma de impugnação da tutela antecipada estabilizada?	433
3.8. Aplica-se a estabilização ao processo coletivo?	433
3.9. Aplica-se a estabilização à ação rescisória?	434
3.10. O que é tutela cautelar e o que é tutela satisfativa para fins de estabilização? Um problema sem solução.....	434
Balanco crítico	436
Referências.....	437

21 . TUTELA ANTECIPADA RECURSAL E DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

André Pagani de Souza

Introdução.....	439
1. Antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional.....	439
2. Antecipação dos efeitos da tutela em sede recursal.....	440
3. Impugnação da decisão que concede a “tutela antecipada” no âmbito recursal	441
4. Desconsideração da personalidade jurídica	445
5. Desconsideração da personalidade jurídica no âmbito recursal, por meio de decisão monocrática do relator, a título de tutela antecipada recursal.	448
6. Mudança no CPC de 2015 para facilitar a defesa do sócio ou do administrador da pessoa jurídica que tem o seu patrimônio atingido	449
Conclusões.....	450
Referências	450

22 . A FUNGIBILIDADE ENTRE AS TUTELAS ANTECIPADA E CAUTELAR NA PERSPECTIVA DO – ADEQUADO – TRATAMENTO DO TEMA NO CPC DE 2015

Rita de Cássia Corrêa de Vasconcelos

Introdução.....	452
1. A antecipação dos efeitos da tutela.....	454
2. A função cautelar	456
3. A tutela da evidência	460

4. A fungibilidade na tutela provisória: novas perspectivas	461
Conclusões	465
Referências	466

23 . AS QUESTÕES NÃO TÃO EVIDENTES SOBRE A TUTELA DA EVIDÊNCIA

Flávio Luiz Yarshell e Helena Abdo

Quadro comparativo	467
Introdução.....	468
1. Concepção de tutela da evidência	470
2. Hipóteses.....	473
2.1. Abuso do direito de defesa e manifesto propósito protelatório	473
2.2. Precedente obrigatório	476
2.3. Contrato de depósito	477
2.4. Ausência de prova do réu capaz de gerar “dúvida razoável”	478
Referências	479

24. TUTELA PROVISÓRIA: QUESTÕES POLÊMICAS

Daniel Brajal Veiga, Geraldo Fonseca, Rodrigo D'Orio, Cristiane Druve Tavares Fagundes e Roberto Armelin

1. Tutela provisória: ação, processo e procedimento.....	482
2. Tutela antecipada e tutela cautelar	484
3. Tutela provisória antecedente	487
4. Dever-poder geral de cautela	488
5. Dever-poder geral de antecipação.....	490
6. Cautelares nominadas de arresto, sequestro, arrolamento de bens e registro de protesto contra alienação de bens.....	492
7. Os tipos codificados de <i>periculum in mora</i>	494
8. Ainda os tipos codificados de <i>periculum in mora</i> : notas de processo legislativo	495
9. Dispensa de custas.....	497
10. Valor da causa e tutela antecipada antecedente	500
11. Aditamento do pedido na tutela antecipada antecedente	501
12. O “benefício” do art. 303, § 5º, do CPC	504
13. Emenda da inicial diante do indeferimento da tutela antecipada antecedente.....	506

14. Estabilização da tutela antecipada antecedente.....	508
15. A demanda para rever, reformar ou invalidar a tutela antecipada antecedente estabilizada.....	508
16. Revisão, reforma ou invalidação de tutela antecipada antecedente e prestações periódicas.....	509
17. O prazo de dois anos do art. 304, § 5º	509
18. Confronto entre estabilização da tutela antecipada antecedente e coisa julgada	510
19. Ausência de emenda inicial e tutela antecipada antecedente concedida ..	511
20. Ainda a emenda da inicial e a tutela antecipada antecedente.....	511
21. Posições do autor diante da possibilidade de estabilização da tutela provisória	515
22. Posições do réu diante da possibilidade de estabilização da tutela provisória	516
23. Recurso do réu e estabilização da tutela provisória	519
24. Estabilização da tutela provisória em sede recursal.....	520
25. O parágrafo único do art. 305 e suas implicações.....	521
26. O parágrafo único do art. 305 e seu alcance	521
27. Indeferimento de tutela cautelar antecedente e procedimento	523
28. Aplicações do art. 309	525
29. Aplicações do art. 310.....	525
30. Aplicações dos arts. 309 e 310 à luz do art. 10.....	526
31. Honorários advocatícios e tutela provisória antecedente.....	526
32. Taxatividade ou não do art. 311.....	528
33. Interpretação do art. 311, II.....	531
34. Tutela provisória de evidência e julgamento antecipado do mérito	533
35. Tutela provisória de evidência de modelo constitucional do direito processual civil.....	535
36. Juridicidade de a tutela provisória de evidência ser requerida antecedentemente	538
37. Cumulação de pedidos de tutela provisória de urgência e de evidência...	542
38. Estabilização da tutela provisória contra a Fazenda Pública.....	543
39. Estabilização da tutela provisória e direitos indisponíveis.....	546
40. Tutela provisória e efeito suspensivo recursal: relações.....	548
41. Ainda a tutela provisória e o efeito suspensivo recursal: fundamentos....	549
42. “Efeito suspensivo ativo” e tutela provisória	550

43. Cumprimento da tutela provisória	551
44. Recursos e tutela provisória	554
45. Prazos processuais e materiais e tutela provisória	555
46. Tutela provisória e negócios processuais	555
47. Análise da constitucionalidade do art. 1.059	557
48. A ADC 4 e o art. 1.059	560
49. Liminares de procedimentos especiais e estabilização da tutela provisória	562
50. Liminares de procedimentos especiais e a tutela provisória de evidência .	563
Referências	563